



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC

Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 91-112

[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)

## Os evangélicos e a política

***Eduardo Lopes Cabral Maia<sup>1</sup>***

[eduardolcm@gmail.com](mailto:eduardolcm@gmail.com)

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise da relação existente entre religião e política a partir do fenômeno de inserção dos evangélicos, principalmente pentecostais e neopentecostais, dentro do espaço político brasileiro. Dentre os fatores que atuam nesta relação, receberá especial importância a baixa institucionalização partidária no Brasil, a fraca presença do Estado em diversos segmentos da sociedade, a própria organização das igrejas evangélicas e o menor custo, para os fiéis, em receber informações políticas das igrejas.

### **Palavras-chave:**

Política, religião, evangélicos, comportamento político, comportamento eleitoral

### **Abstract:**

The objective of this work is to present one brief analysis of the existing relation between religion and politics from the phenomenon of insertion of the

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Bacharel em Sociologia (UnB) e Bacharel em Antropologia (UnB).

evangelicals, mainly Pentecostals and new Pentecostals, inside of the Brazilian political space. Amongst the factors that act in this relation, it will receive special importance the low party institutionalization in Brazil, the weak presence of the State in various segments of the society, the proper organization of the evangelical's churches and the lesser cost, for the faithful, in receive political information's from the churches.

**Keywords:**

Politics, Religion, Evangelicals, Political Behaviour, Electoral Behaviour.

**Introdução**

A presença de representantes evangélicos no Legislativo e no Executivo de diversos estados e municípios, além de sua significativa presença na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstra a força desse segmento junto à população brasileira e reforça a sua posição de ator político considerável na atual conjuntura política.

Partindo desta constatação, este trabalho se propõe a realizar uma reflexão do atual contexto político e social referente à relação entre evangélicos e política no Brasil.

A hipótese proposta neste trabalho é a de que há uma conjunção de diversos fatores estruturais, culturais e contextuais que levam a uma situação propícia à inserção dos evangélicos na esfera política brasileira.

Inicialmente, será discutida a noção de institucionalização partidária e sua aplicação ao caso brasileiro. A tese que será utilizada neste trabalho apresenta o Brasil como um país com baixa institucionalização partidária devido a fatores históricos e culturais.

Pressupondo esta baixa institucionalização partidária no Brasil (tal noção será relacionada com a própria idéia de um declínio da importância dos partidos políticos de um modo geral nas democracias ocidentais), serão discutidas as formas alternativas de mediação da relação entre sociedade civil e Estado. Tal mediação, idealmente atribuída aos partidos políticos, não é exercida de modo satisfatório pelos partidos, levando a sociedade a procurar novas formas de organização e reivindicação das suas demandas.

Uma das instituições que surgem, então, como pretensas, ou incidentais mediadoras desta relação entre sociedade e Estado é a Igreja. Atuando junto a diversas comunidades e organizando-se enquanto instituição social, as Igrejas mobilizam os grupos e, centralizando suas demandas, encontram um contexto favorável para uma atuação como mediadoras da relação sociedade/Estado.

Porém, a existência de um contexto favorável à inserção na esfera política, através da mobilização de demandas de diversos grupos sociais, não é suficiente para que determinada instituição (ou segmento) social torne-se, de fato, um ator político considerável. É necessário que, juntamente com uma estrutura social e um contexto favorável, a própria instituição possua características que viabilizem esta inserção.

Diversos segmentos, grupos organizados e instituições vêm assumindo o papel de mediadores entre sociedade e Estado. Porém, nem todos transformam, ou procuram transformar, este papel de mediadores em um meio de inserção na esfera política. O mesmo não ocorre com os evangélicos.

Encontrando um contexto e uma estrutura favorável, as igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, beneficiam-se de sua estrutura organizacional, de sua cosmologia e do seu conjunto de valores e crenças para estabelecer sua penetração na esfera política brasileira.

Resta, ainda, procurar compreender de que forma esta relação é percebida pelos fiéis e como as Igrejas transformam uma vinculação religiosa em confiança política no período eleitoral. Com base na teoria da escolha racional, é possível perceber uma relação em que os fiéis encontram nas Igrejas uma forma de obter informações políticas com o menor custo, já que os fiéis evangélicos possuem um maior grau de exposição às lideranças religiosas e essas lideranças podem estruturar seus discursos de modo a condicionar o voto de seus fiéis.

Em resumo, o que este trabalho procurará apresentar é uma reflexão a respeito da relação entre evangélicos e política a partir da análise de fatores sociais favoráveis à inserção dos evangélicos na política partidária e eleitoral. Dentre estes fatores, serão discutidos: a baixa institucionalização partidária no Brasil, a fraca presença do Estado em diversos segmentos da sociedade, a própria organização das igrejas evangélicas e o menor custo, para os fiéis, em receber informações políticas das igrejas.

## **A Institucionalização Partidária no Brasil**

Dentre as teorias que tratam da questão da institucionalização partidária, optou-se, devido à proximidade teórica com este trabalho e à aguçada percepção da realidade brasileira, pelo estudo de Scott Mainwaring, *Sistemas partidários em novas democracias, o caso do Brasil*.

Neste trabalho, Mainwaring procura verificar a existência, ou não, de uma institucionalização partidária no Brasil e o nível em que esta se encontra.

Inicialmente, o autor define o conceito de *institucionalização* da seguinte forma:

O conceito de *institucionalização* diz respeito a um processo pelo qual uma prática ou organização se estabelece e é amplamente reconhecida, quando não universalmente aceita. Os atores criam expectativas e desenvolvem orientações e comportamentos baseados na premissa de que tal prática ou organização continuará existindo em um futuro previsível. (MAINWARING, 2001:56).

A noção de institucionalização refere-se, então, a organizações estáveis, onde regras e atores apresentam uma constância dentro de um quadro previsível. Dessa forma, como afirma Mainwaring (2001:56) “*a institucionalização não exclui a mudança, mas a limita*”.

Após definir o que entende por institucionalização, Mainwaring apresenta quatro dimensões da institucionalização partidária a partir das quais é possível avaliar determinado sistema partidário.

A primeira dimensão refere-se à estabilidade do sistema e de seus padrões de competição intrapartidária. “*Um sistema no qual os principais partidos habitualmente aparecem e desaparecem ou se tornam organizações menores não está bem institucionalizado*” (MAINWARING, 2001:57).

A segunda dimensão sugere que em sistemas mais institucionalizados os partidos têm fortes raízes na sociedade. Dessa forma, os vínculos entre os cidadãos e os partidos são mais fortes, estáveis e duradouros. “*Nos sistemas partidários mais fluidos ou menos institucionalizados, um maior número de pessoas tem dificuldade para entender o que os principais partidos representam, e poucos se identificam com alguns deles*” (MAINWARING, 2001:57).

A terceira dimensão baseia-se na legitimidade. Dessa forma os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os elementos necessários no processo político democrático.

A quarta dimensão, segundo Mainwaring, sugere que as organizações partidárias fazem diferença:

Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos; adquirem independência e importância por virtude própria. Ao contrário, a institucionalização permanece limitada se um partido é apenas instrumento pessoal de um líder ou de uma ‘panelinha’. Nos sistemas mais institucionalizados, o partido se torna autônomo em relação aos indivíduos que o criaram para fins instrumentais. (MAINWARING, 2001:58).

O autor ainda afirma que a fidelidade partidária é um aspecto presente em sistemas bem institucionalizados. Sendo que as mudanças de partidos e as

alianças entre partidos de ideologias distintas demonstram uma fragilidade em determinado sistema partidário.

Em sua análise do sistema partidário brasileiro, Scott Mainwaring apresenta três tipos de fatores que explicam a baixa institucionalização partidária no Brasil. “*A ação das elites políticas e dos dirigentes do Estado, o conjunto dos atores sociais – e, portanto, o modo como as sociedades se formam e evoluem – e as normas institucionais*” (2001:99).

A respeito da ação das elites políticas e dos dirigentes do Estado, Mainwaring demonstra de que modo a formação dos partidos políticos e a própria configuração da democracia no Brasil influenciaram o processo de institucionalização.

Vários aspectos do sistema político prejudicaram o processo de construção de partidos: a exclusão das massas populares, um sistema em que elites de grande influência dominavam a política regional e desfrutavam da ampla autonomia diante dos partidos nacionais, uma ordem patrimonial em que os partidos e o Estado eram tratados como propriedades privadas das elites dominantes, e a histórica subordinação dos partidos a indivíduos poderosos. (MAINWARING, 2001:100).

Os partidos formaram-se, no Brasil, de cima para baixo. Ou seja, a partir das elites foram criados os partidos para atenderem aos interesses privados das elites brasileiras. Segundo Mainwaring os partidos modernos, ou partidos de massa, surgiram apenas em 1945 devido à ampliação da participação popular nas eleições. Até então as elites dominavam os partidos de notáveis e não demonstravam qualquer interesse em levar essa representação à população em geral.

Esta constatação explica, em parte, o caráter personalista e patrimonialista fortemente presente na política brasileira até os dias atuais e apresenta indícios referentes à baixa institucionalização partidária.

Quanto ao conjunto dos atores sociais:

A orientação regionalista, estadualista e estatal dos políticos limitou o desenvolvimento do sistema partidário nacional. O principal instrumento de representação eram os políticos, como indivíduos, e não os partidos. (...) A fusão patrimonial entre Estado, partidos e interesses econômicos não foi completamente superada. (MAINWARING, 2001:100).

A própria configuração da sociedade brasileira, cuja maior parte vivia no campo até meados do século XX, facilitava a atuação das elites no comando dos partidos.

Ainda, as regras institucionais presentes na legislação brasileira, principalmente após a constituição de 1988, demonstram uma fragilidade do sistema partidário brasileiro. As elites políticas, segundo Mainwaring, adotaram normas institucionais adversas ao desenvolvimento dos partidos.

Uma das primeiras medidas da Nova República foi uma emenda constitucional, aprovada em maio de 1985, que reformou o sistema eleitoral. A nova lei aboliu a obrigatoriedade do voto de chapa, imposto desde 1981; permitiu a livre troca de partidos pelos parlamentares, a formação de alianças entre partidos e eliminou a cláusula de exclusão nacional para alcançar representação no Congresso. (...) Essas mudanças fomentaram a criação de muitos novos partidos em quase todos os estados da Federação, assim como no âmbito nacional. (MAINWARING, 2001:140).

Contribuiu para reduzir o nível de institucionalização partidária no Brasil as constantes intervenções militares junto ao Estado. Essas intervenções, quando não suspendiam o Congresso Nacional, reduziam a margem de atuação dos partidos. Dessa forma, tornou-se difícil a criação de raízes na relação entre os partidos e a sociedade.

Ao analisar os critérios apresentados como indicadores do nível de institucionalização partidária, Mainwaring conclui que o sistema partidário brasileiro é, de fato, pouco institucionalizado.

O primeiro critério, referente à estabilidade dos padrões de competição entre os partidos, mostra uma considerável volatilidade eleitoral no Brasil, refletindo uma *“incapacidade dos partidos para conquistarem um eleitorado estável e fiel”* (MAINWARING, 2001:127).

O segundo critério refere-se à *“existência de raízes partidárias profundas na sociedade, de modo que a maioria dos eleitores se identifique com um partido e vote de acordo com suas simpatias partidárias”* (MAINWARING, 2001:127). De acordo com tal critério o sistema partidário brasileiro pode, novamente, ser classificado como pouco institucionalizado. Afinal, o voto na legenda pode ser considerado uma exceção no Brasil. A maioria dos votos é designada a candidatos individuais. De acordo com dados apresentados e analisados em seu trabalho, Mainwaring demonstra que a filiação partidária tem reduzida importância na hora do voto.

No teste do terceiro critério, novamente, evidencia-se a baixa institucionalização partidária nacional. Pois os partidos e as eleições possuem, de acordo com Mainwaring, pouca legitimidade e credibilidade junto à população.

Finalmente, o autor procurou testar o critério segundo o qual em um sistema institucionalizado os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes. De modo geral, os partidos não podem ser considerados autônomos em relação aos indivíduos que os criaram para fins instrumentais.

Resumindo:

No período pós-85, o sistema brasileiro tem se mostrado pouco institucionalizado. A alta volatilidade eleitoral é um indicador da limitada estabilidade dos padrões de competição interpartidária. A reduzida penetração dos partidos na sociedade se manifesta nos baixos níveis de identificação com os partidos, na ausência do voto partidário, nas profundas descontinuidades dos padrões de apoio aos partidos e na opinião dos eleitores de que o partido não determina seu voto. Muitas pesquisas demonstram claramente a baixa legitimidade dos partidos e das eleições. (MAINWARING 2001:178).

### **A Mediação Entre Sociedade e Estado**

De acordo com Bobbio (1986:56), em uma democracia representativa a mediação entre sociedade e Estado é realizada, a princípio, pelos partidos políticos. Embora a questão seja melhor aprofundada e discutida por Bobbio, o que nos interessa é a idéia de que são os partidos políticos que centralizam as demandas da sociedade e realizam a mediação com o Estado.

Porém, segundo o próprio Bobbio, vem ocorrendo uma redução da importância dos partidos políticos como mediadores da relação entre sociedade e Estado. Tal redução da importância dos partidos deve-se, de acordo com Bobbio, a uma extensão da democracia a espaços mais amplos da sociedade civil, incluindo diversos outros grupos sociais no processo democrático.

Embora analisem a situação através de outros referenciais teóricos, diversos autores vêm apontado na mesma direção de Bobbio ao constatarem a efetivação de várias outras formas alternativas de mediação entre sociedade e Estado, levando a (ou estimuladas por) uma redução do papel dos partidos políticos dentro do processo de representação.

As teses referentes a este surgimento de formas alternativas de mediação têm como pano de fundo uma situação de radicalização da modernidade, ou, para alguns autores, até mesmo uma pós-modernidade.

Em sua análise da esfera pública, Jürgen Habermas (1984) traça um histórico do processo que culminou com a configuração moderna de esfera pública. A distinção clara entre esfera pública e privada presente nos primeiros momentos de

consolidação da sociedade burguesa européia cede lugar a uma forma mais difusa de relação que leva ao desaparecimento da esfera pública, nos moldes burgueses, como *locus* de representação das demandas de cidadãos privados. Essa dissolução da esfera pública como intermediária entre os indivíduos privados e o Estado levou ao fortalecimento dos movimentos sociais e dos partidos políticos como representantes das demandas da população.

Marshall Berman propõe uma divisão da modernidade em 3 fases que segue uma direção parecida com a apresentada por Habermas. Segundo Berman:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna, mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira (...); têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna (...). Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a revolução Francesa ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. (...) Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. (...) No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, (...) à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, (...) a idéia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. (1986:16-17).

O terceiro momento da modernidade de Berman, que para alguns é denominado pós-modernidade e para outros (GIDDENS, 1991; WOOD, 1998 e FRIDMAN 1999 por exemplo) é na verdade uma radicalização da modernidade, caracteriza-se por uma fragmentação da esfera pública. O multiculturalismo do Ocidente comporta várias culturas dentro de um mesmo Estado-nação, cada qual com seu respectivo espaço público e demandas sociais (SARTORI, 2001; WALZER, 1999).

Com a fragmentação da sociedade, passou a haver diversos grupos com diversas demandas. Os partidos políticos, mesmo em sistemas bem institucionalizados, não são capazes de acumular e organizar todas as demandas dos diversos grupos, levando a sociedade a buscar outras formas de representação e reivindicação de suas demandas.

Tal situação apresenta aspectos ainda mais complexos no caso do Brasil. Além de apresentar diversos grupos sociais com demandas das mais variadas, o Brasil, de acordo com a discussão apresentada anteriormente, possui uma baixa

institucionalização partidária. Este contexto leva a uma considerável condição de sub representação dos grupos sociais, impulsionando o surgimento de formas alternativas de representação junto ao Estado.

Ainda há, no caso brasileiro, regiões em que o Estado não atua, a não ser de modo repressivo. É neste contexto que torna-se possível pensar a participação da religião, enquanto instituição, como mediadora da relação entre grupos sociais e Estado.

Em texto vastamente citado, Regina Novaes afirma que já é bem conhecida a atuação dos evangélicos nas regiões mais carentes das cidades brasileiras. Eles são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar (NOVAES,2002) e lá promovem práticas assistenciais, programas de alfabetização, postos de atendimento de saúde, etc.. A religião evangélica entra na esfera do privado (esfera reservada à religião) e, mobilizando as comunidades por ela assistidas, forma movimentos sociais atuantes na esfera pública e daí avança para a esfera política.

Em um contexto em que, de acordo com a hipótese discutida neste trabalho, há uma baixa institucionalização partidária, uma fragmentação social que gera diversas demandas, e uma restrita e limitada atuação do Estado junto ao conjunto da sociedade, é possível entender a religião como uma das formas alternativas de mediação da relação sociedade/Estado.

Partindo-se da hipótese segundo a qual há um contexto social, estrutural e histórico favorável à atuação das instituições religiosas como mediadoras da relação entre sociedade e Estado, faz-se necessário discutir de que forma essa mediação se dá e quais as particularidades desta relação.

### **Organização das Igrejas Evangélicas e Atuação Política**

De acordo com as teorias que apresentam as sociedades ocidentais contemporâneas como imersas em um contexto de radicalização da modernidade, pode-se pensar em uma fragmentação social que tem como conseqüências o surgimento de diversos grupos sociais, cada qual com suas demandas específicas, e, por conseguinte, a redução do papel dos partidos políticos como mediadores da relação entre esses grupos e o Estado.

Um dos aspectos intrínsecos à radicalização da modernidade no Ocidente é a consolidação de Estados secularizados, laicos.

A secularização do aparato jurídico-político constitui processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais. (...) A separação Estado-Igreja e a moderna secularização do Estado

propiciam a efetivação de profundas mudanças no campo religioso. (MARIANO, 2003:112).

Com a fragmentação social e a necessidade de representação dos grupos sociais, a religião surge como um potencial representante. O impulso definitivo para estabelecimento das igrejas como mediadoras junto aos grupos sociais parece ter sido, justamente, o processo de secularização dos Estados modernos.

Instaurada pelos Estados liberais – cujo ideário político preconizava a neutralidade religiosa do Estado e a restrição da religião à vida privada ou à particularidade das consciências individuais -, a separação desmantelou o monopólio religioso, (...), e resultou na garantia legal de liberdade religiosa, na defesa da tolerância religiosa e na proteção do pluralismo religioso. Com sua secularização, o Estado, portanto, passou a garantir legalmente a liberdade dos indivíduos para escolherem voluntariamente que fé professar e o livre exercício dos grupos religiosos.... (MARIANO, 2003:112).

Com os Estados modernos secularizados, tornou-se possível o surgimento e o exercício de diversas outras religiões. O pluralismo religioso, em um Estado laico, leva a uma espécie de concorrência religiosa em busca da adesão religiosa da população. Sem o constrangimento jurídico de uma religião oficial, todas as outras religiões ganham, pelo menos oficialmente, legitimidade.

No Brasil não foi diferente. A partir da segunda metade do Século XX ocorreu o surgimento e fortalecimento de diversos grupos religiosos. Tal situação foi reforçada com a constituição de 1988 que, contando inclusive com a participação de legisladores evangélicos organizados, definiu o Brasil como um país laico, tratando, juridicamente, de modo igualitário as diversas organizações religiosas. Essa liberdade religiosa levou a uma situação de concorrência proselitista entre as diversas igrejas.

Com a secularização do Estado, o fim do monopólio e a garantia estatal de liberdade e tolerância religiosas, ocorrem o aumento do número de agentes e grupos religiosos e a diversificação da oferta de produtos e serviços religiosos. Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer, disputar mercado. Para tanto, muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado. (MARIANO, 2003:114).

O que Ricardo Mariano procura demonstrar é que o novo contexto social moderno, no Ocidente, estabeleceu condições que estimulam uma competição religiosa em busca de adeptos. Essa competição, com base em princípios semelhantes aos de um capitalismo de mercado, obrigou as igrejas a se ajustarem às novas condições e beneficiou as que melhor operaram tal ajuste.

No caso brasileiro, a situação pluralista e concorrencial consolidou-se tão-somente na segunda metade do século XX, mais de meio século depois da separação Igreja-Estado. Desde então a lógica de mercado passou a orientar as ações organizacionais, religiosas e proselitistas de vários grupos religiosos, sobretudo de certas denominações pentecostais. (MARIANO, 2003:115).

Com uma lógica de mercado orientando a organização e a atuação de parte das igrejas pentecostais, torna-se possível imaginar que tais igrejas busquem diversas formas de atuação junto à sociedade. O próprio sistema de crenças das Igrejas pentecostais, incorporando a Teologia da Prosperidade<sup>2</sup>, estimula sua inserção em uma situação de mercado. “*A teologia da Prosperidade, decerto, cumpre importante papel no reforço da convicção pastoral de que a obtenção de lucro no desempenho das atividades denominacionais, sejam elas administrativas ou religiosas, não constitui problema ético ou religioso*” (MARIANO, 2003:118).

A organização de parte das igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais e neopentecostais, com base em uma estrutura hierárquica e centralizada, voltada para um sistema de mercado, reforçada por seu próprio conjunto de crenças, torna tais igrejas aptas a se utilizarem da melhor forma possível do contexto social fragmentado e sub representado da modernidade no Ocidente, principalmente em um país com baixa institucionalização partidária como o Brasil.

A importância da coincidência, na relação atual entre evangélicos e política, de um contexto social favorável e uma organização das Igrejas voltada para a lógica de mercado pode ser percebida analisando-se os fatores separadamente.

Embora existam outras formas de organização das comunidades no sentido de definir e reivindicar suas demandas, entre elas a presença de distintas organizações religiosas, a atuação dos evangélicos apresenta especial vigor no cumprimento desta função. Setores da Igreja católica, grupos kardecistas, religiões afro-brasileiras e, até mesmo, denominações evangélicas com organização distinta das apresentadas acima, atuam de modo considerável em diversos segmentos da sociedade. Porém a atuação dessas instituições dentro do espaço político não apresenta a mesma força das denominações evangélicas

---

<sup>2</sup> A respeito da Teologia da Prosperidade, ver MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da Prosperidade. *Novos Estudos Cebrap*, n. 44, março, 1996.

discutidas neste trabalho. Seja devido a uma opção por outras formas de atuação junto ao Estado, seja por uma inadequação de sua organização dentro do atual contexto social, o que se pode perceber é uma maior inserção dos evangélicos dentro do espaço político através de seu rendimento eleitoral.

Se é possível pensar determinadas denominações evangélicas como organizações mais aptas a inserirem-se no espaço político, pode-se, igualmente, pensar que a atual conjuntura também favorece tal inserção.

Um indício dessa situação é o reduzido sucesso eleitoral dos evangélicos em momentos anteriores da história política brasileira.

O comportamento e a mentalidade dos evangélicos brasileiros sofreram alterações profundas nos últimos 150 anos. Porém, a decisão de participar ativamente da política data do final da República Velha (1930), quando o evangélico começou a se inserir de uma forma menos envergonhada nas lutas partidárias do país. (...) O que teria provocado essa metamorfose nas práticas e mentalidade dos evangélicos brasileiros? (...) Nossa hipótese é a de que esse conjunto de transformações no campo cultural brasileiro, especialmente a visibilidade dos políticos escolhidos a dedo pelas igrejas, resultou de uma longa evolução na mentalidade, ação social e comportamento dos evangélicos brasileiros, ligados a um conjunto de fatores. (CAMPOS,2003:84).

Desde a primeira metade do Século passado os evangélicos procuram atuar dentro do espaço político. Em determinados momentos essa tentativa de inserção ocorreu de modo mais contundente, em outros momentos de modo mais tímido. Mas o fato é que apenas a partir de 1986 os evangélicos passaram a atuar de modo significativo no espaço político.

A respeito da adequação entre a organização dos evangélicos e a conjuntura social atual como um importante fator na inserção dos evangélicos no espaço político, Leonildo Silveira Campos escreve:

Essa crescente visibilidade, porém, obedece a uma lógica resultante do pluralismo religioso, da concorrência e competitividade entre as teodicéias defendidas pelas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas Igrejas. Tais fatores levaram os pentecostais, tradicionalmente arredios à participação nas “coisas do mundo carnal”, a se tornarem mais visíveis na sociedade, primeiro na mídia, depois no campo da política. (CAMPOS, 2003:84).

Dentre as igrejas evangélicas com maior atuação dentro do espaço político, estão a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Segundo diversos autores (ORO, 2001, 2003; FONSECA, 1998; MIRANDA, 1998; CAMPOS, 2003) a Igreja Universal do Reino de Deus possui o sistema mais organizado no sentido de mobilização política para as candidaturas:

Desde 1997 (a Igreja Universal do Reino de Deus) adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. (...) Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos. (ORO, 2003: 53-69).

A IURD realiza, de acordo com Oro (2003), uma definição e divulgação bastante clara dos seus candidatos, procurando determinar em quem os adeptos devem votar. As outras igrejas, como a Assembléia de Deus e a Igreja Quadrangular, não apresentavam, até 2002, candidatos claramente definidos, nem procuravam determinar o voto dos adeptos. Elas apoiavam determinados candidatos e permitiam aos seus seguidores a escolha livre. A partir de 2002 essas duas igrejas, ao verificar o maior sucesso da IURD nas urnas, passaram a buscar uma organização política mais próxima à da IURD, sem com isso tentar criar um sistema idêntico. O que se vem tentando realizar nessas igrejas é uma definição prévia dos candidatos e uma tentativa de indicá-los de forma mais clara aos adeptos, podendo, como ocorre com a Igreja Quadrangular, chegar a exercer pressão, de forma semelhante à IURD, sobre os adeptos eleitores. No caso da Igreja Quadrangular há ainda a realização de reuniões prévias, semelhantes às realizadas pelos partidos políticos, para a indicação de seus candidatos.

O que permite, segundo a hipótese defendida neste trabalho, o vigor da atual participação dos evangélicos no espaço político é um conjunto de fatores que leva em conta desde a fragmentação social, até a própria organização e sistema de crenças de determinadas igrejas. Contribuem para tal situação, ainda, a baixa institucionalização partidária no Brasil, a sub-representação de diversos grupos sociais e a secularização do Estado.

Resta tentar compreender, se é que isto é possível, o modo pelo qual os evangélicos transformam sua atuação junto aos grupos sociais em voto.

## **Comportamento Eleitoral e a Transformação de Fé em Votos**

A partir de uma interpretação da aplicação da teoria da escolha racional ao comportamento eleitoral (CARREIRÃO, 2002) é possível supor que os eleitores procuram uma maximização da relação entre custo e benefício quando se trata da determinação de seu voto. O que se busca é realizar a melhor escolha possível despendendo o menor esforço. Cabe ressaltar que tal modo de proceder não implica necessariamente em um voto que, de fato, possa ser considerado o melhor para o eleitor. É possível que o voto não se concretize em realizações positivas para o eleitor, porém, dentro da lógica de quem vota, aquela era a melhor opção a partir do custo com o qual o eleitor decidiu arcar no pleito em questão.

A hipótese proposta neste trabalho é a de que a determinação, ou o condicionamento, do voto por parte das igrejas permite aos fiéis a transposição do custo referente à sua adesão religiosa, para a escolha eleitoral. Dessa forma o custo seria mínimo, já que o exercício da fé ocorreria independente do pleito eleitoral e a opção proposta pela Igreja renderia, de acordo com a lógica do adepto/eleitor, os maiores benefícios. Para que seja possível entender de que modo a opção apresentada pela igreja é considerada a melhor pelos fiéis é necessário compreender a relação entre adepto e liderança religiosa evangélica e a própria estruturação dos discursos apresentados por essas lideranças. Ainda, cabe ressaltar que, em muitos casos, as atividades religiosas não constituem um custo, mas um prazer, tornando a relação custo/benefício ainda mais positiva.

Inicialmente, é importante compreender quem são os grupos onde as igrejas evangélicas atuam e qual a natureza dessa relação.

Os estudos referentes ao comportamento eleitoral dos fiéis evangélicos apresentam várias razões para que a fé religiosa transforme-se em voto no período eleitoral. O aspecto sócio-econômico, a forte influência da igreja nas comunidades menos favorecidas, a própria ética da religião evangélica e o nível de escolaridade entram, segundo a bibliografia, como fatores na determinação do voto do fiel por parte das igrejas.

Regina Novaes (2002) apresenta como fator fundamental para o comportamento eleitoral dos evangélicos a influência das igrejas evangélicas em localidades em que o Estado não atua de fato. “*A rigor, hoje, quando se fala sobre os pentecostais, fala-se sobretudo dos ‘pobres’ nas cidades (...) é nas áreas pobres que igrejas pentecostais se alastram*” (pág.80). Citando novamente Novaes:

os evangélicos são os que mais chegam às margens da sociedade. Chegam a lugares dos quais nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar. Esta presença, nas margens periféricas da sociedade, logra produzir alívio em autoridades políticas responsáveis pela segurança pública. Porém, como os pentecostais não estão apenas nas margens – estão também no centro, isto é, nos

meios de comunicação e no Parlamento – também produzem preocupação. (NOVAES, 2002: 81).

Como foi dito anteriormente, as igrejas evangélicas chegam a essas localidades marginais, muitas das quais não recebem a presença do Estado, a não ser de forma repressiva, e desenvolvem trabalhos comunitários em benefício da população local, mobilizando, assim, um grande número de indivíduos dentro das comunidades. Como conclui Ari Pedro Oro “*os evangélicos constituem uma fonte de mobilização política de setores sociais desfavorecidos. Para muitas pessoas, participar de uma igreja como a IURD significa a primeira experiência de ‘conversar sobre política’ e de valorizar o voto*” (ORO, 2003:68).

Já foram discutidos anteriormente os fatores que, de acordo com a hipótese aqui defendida, influenciaram esta atuação das Igrejas evangélicas como mediadores da relação entre sociedade e Estado.

Em artigo publicado em 2004, Simone Bohn, utilizando-se de dados do ESEB 2002, também analisa a forma como o aspecto sócio-econômico atua sobre o comportamento eleitoral dos evangélicos. Segundo Bohn, os evangélicos, que constituem cerca de 15% da população brasileira, de fato advêm de estratos sociais de baixa renda. Seu estudo mostra que cerca de 67,7% dos evangélicos recebem mensalmente, no máximo, dois salários mínimos, enquanto que apenas 8,9% da população com mais de seis salários mínimos mensais estão filiados às igrejas evangélicas (2004:297).

Embora os dados demonstrem que a maior parte dos evangélicos situa-se nos estratos de baixa renda, essa afirmação, isoladamente, apresenta pouco poder explicativo a respeito do comportamento eleitoral dos evangélicos. Na mesma pesquisa constatou-se que, assim como ocorre com os evangélicos, a maior parte dos católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras também possuem renda mensal de até dois salários mínimos.

Comparativamente, não é possível, com os dados a respeito do nível de renda, apresentar qualquer conclusão sobre o comportamento eleitoral dos evangélicos. Porém, os dados confirmam a análise de Regina Novaes a respeito da atuação dos evangélicos entre as camadas mais “pobres” da sociedade.

Dessa forma, pode-se supor que, de fato, os evangélicos chegam às áreas marginais da sociedade e conseguem mobilizar as comunidades de modo a condicionar sua opção na hora do voto.

Outro aspecto importante na categorização dos fiéis evangélicos é o nível educacional. Continuando sua análise a respeito dos eleitores evangélicos, Simone Bohn apresenta dados referentes ao nível de escolaridade dos fiéis evangélicos. Segundo Bohn, 54,04% dos evangélicos analisados em sua pesquisa possuem curso fundamental incompleto, sendo que apenas 5,56% apresentam curso superior. Ocorre, de acordo com os dados, uma relação linear negativa entre nível

educacional e pertencimento à religião evangélica (BOHN, 2004). Dessa forma, quanto maior o nível educacional menor o número de evangélicos.

Assim como ocorreu com os dados referentes ao nível de renda, a escolaridade também apresenta semelhança com relação à religião católica e às religiões afro-brasileiras. Ambas as religiões apresentam grande quantidade de adeptos com curso fundamental incompleto e uma pequena parcela com curso superior, sendo que em todos os casos (evangélicos, católicos, e adeptos de religiões afro-brasileiras) a parcela de adeptos com curso fundamental incompleto é bastante superior às outras escalas de escolaridade (fundamental completo, secundário e superior).

Se há uma grande semelhança entre fiéis de religiões afro-brasileiras, católicos e evangélicos a respeito do nível de renda e escolaridade, o estudo de Simone Bohn apresenta alguns dados que permitem diferenciar de forma clara os evangélicos em relação às outras religiões.

A variável apresentada pela autora que permite diferenciar os evangélicos das demais religiões e nos abre algumas portas para o entendimento do poder político dos evangélicos é o que se denominou como *grau de exposição à autoridade religiosa*.

Esta variável nada mais é do que a frequência com que os fiéis participam de missas e cultos:

desse modo, um baixo grau de religiosidade indica que o fiel raramente vai a missas e cultos ou só participa deles algumas vezes por ano. Fiéis que possuem um nível médio de religiosidade vão à igreja uma ou duas vezes por mês. Já o nível alto é composto por pessoas que vão à missa ou ao culto uma ou mais vezes por semana. (BOHN, 2004:303).

Embora a variável *grau de exposição à autoridade religiosa* comporte alguns aspectos que devem ser considerados – tais como as diferenças de práticas religiosas entre as igrejas, as formas rituais distintas e as próprias diferenças relativas à necessidade de presença no local da missa ou culto – o que surge como ponto fundamental é a quantidade de tempo no local da missa ou culto e a forma como isso pode transformar-se em algum tipo de controle por parte das autoridades religiosas.

Segundo os dados referentes ao grau de exposição à autoridade religiosa, os evangélicos apresentam cerca de 82,65% dos fiéis dentro do grupo considerado com alto grau de exposição, ou seja, cerca de 82% dos fiéis evangélicos vão ao culto uma ou mais vezes por semana. Para que se possa comparar, os adeptos de religiões afro-brasileiras, que ficaram na segunda posição com maior grau de exposição, apresentaram cerca de 50% de seus fiéis com um alto grau de exposição, enquanto que os kardecistas apresentam 49,18% e os católicos apenas

35,71% dos fiéis com alto grau de exposição. Ainda, os evangélicos apresentaram o menor número de fiéis com baixo grau de exposição (9,69%), enquanto que católicos, kardecistas e adeptos de religiões afro-brasileiras apresentaram, respectivamente, 40,46%, 32,79% e 31,82%.

Essa alta participação dos evangélicos em cultos e atividades da Igreja sugere uma maior exposição ao discurso apresentado pelas igrejas e suas lideranças. Este discurso, supõe-se, tem como um dos objetivos demonstrar que o voto no candidato da igreja pode ser considerado o melhor voto para o adepto/eleitor.

Há dois tipos de discurso definidos, o discurso laico, embora carregado de valores religiosos, e o discurso religioso propriamente dito.

No discurso laico são apresentados argumentos referentes a valores da ética protestante. Fala-se na necessidade de se defender os valores da família e da igreja, na importância de se conseguir recursos para as comunidades e para as igrejas (algo que boa parte da literatura define como um tipo de clientelismo e patrimonialismo), na obrigação de se fazer representar no espaço político, etc..

Quanto ao discurso religioso, há uma tentativa de se sacralizar o espaço político. Tenta-se ampliar o espaço sagrado para além da igreja, ou dos lares. Segundo Ari Pedro Oro, a IURD utiliza-se

de um discurso que traz para o campo político importantes elementos simbólicos do campo religioso (...). Portanto, para a IURD, e outras igrejas pentecostais ou reformadas, a corrupção é a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum e da fraternidade, constituindo-se no inimigo do bem-estar dos cidadãos. A corrupção justifica e legitima o ingresso na política, uma vez que eles se consideram uma espécie de reserva moral da sociedade. (2003).

O Congresso, ou a Prefeitura, ou o Senado, o espaço político em geral, é apresentado como um espaço “endemoniado” onde imperam atitudes satânicas de realização de prazeres individuais. Naquele espaço deve-se travar uma guerra santa e os evangélicos precisam atuar neste espaço para limpá-lo da impureza dos políticos corruptos.

A construção de uma outra sociedade e de uma outra política subentende a vitória na guerra espiritual em que a igreja está inserida. Ou seja, a IURD, mas não só ela, apela diretamente para o discurso das “forças invisíveis” que atuam na política. Mais especificamente, a simbólica da diabolização que constitui o eixo a partir do qual o universo simbólico desta guerra é construído é a chave pela qual a Universal conclama seus fiéis a participarem da política para vencer o satanás. (ORO, 2003).

É importante esclarecer que o conceito de sagrado utilizado aqui é o que vem da tradição durkheimiana, onde tanto o bem, quanto o mal, atuam como forças sobrenaturais; em oposição ao profano, que é o natural, o visível, o cognoscível.

De acordo com um pequeno estudo, publicado em 2004, realizado em Porto Alegre e regiões próximas, Valdir Pedde apresenta uma sutil distinção entre a Assembléia de Deus e as demais igrejas. “Com exceção da maioria dos pastores da AD, podemos observar que a IEQ e a IURD usam o discurso da batalha espiritual como elemento fundamental para o discurso interno, ou seja, para o convencimento de seus fiéis a votarem em seus candidatos”. (PEDDE, 2004).

Estas duas tendências de discursos ficam claras ao se analisar os discursos e material de campanha das igrejas nos períodos pré-eleitorais. De qualquer forma, em ambos os discursos, está fortemente presente a defesa de valores éticos evangélicos, definidos, por alguns autores (MARTINS, 1994; BOHN, 2004), como valores conservadores e tradicionais.

Essa forte exposição dos fiéis evangélicos às autoridades religiosas e às suas estratégias políticas pode indicar a forma como o processo de transformação da fé em voto se realiza.

Resumindo, o que se procurou, aqui, apresentar foi uma reflexão, segundo a qual, a decisão de voto dos fiéis evangélicos é, de acordo com a teoria da escolha racional, definida considerando-se uma relação de custo/benefício. O alto grau de exposição às lideranças religiosas permite que essas lideranças apresentem um discurso estruturado no sentido de condicionar o voto dos fiéis, demonstrando que tal voto é o melhor dentre as opções existentes.

Ainda, considerando-se que grande parte dos fiéis evangélicos pertence às camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira e que em suas comunidades, ao invés do Estado, quem realiza trabalhos comunitários são as Igrejas, parece bastante plausível que, mesmo que não concordem com o discurso das lideranças religiosas, os fiéis votem de acordo com a instituição que ali realiza atividades assistenciais benéficas para a comunidade.

Seja em virtude do discurso religioso, seja em virtude do discurso laico, ou ainda, em virtude de uma análise das atividades locais, parece não haver nada de irracional na opção dos fiéis em votar de acordo com as Igrejas.

## **Conclusões**

As hipóteses apresentadas e discutidas neste trabalho, embora, certamente, não esgotem o tema em questão, procuraram estabelecer relações possíveis que permitam um melhor entendimento da complexa relação entre religião e política, e mais precisamente entre evangélicos e política no Brasil contemporâneo.

Como afirma Regina Novaes:

É preciso reconhecer que os espaços de agregação de evangélicos fazem, hoje, diferença no jogo eleitoral. Ainda que as possibilidades de sucesso de candidatos evangélicos dependam também, como já foi dito, das experiências pessoais e de outros vínculos políticos que cada fiel/eleitor possa ou não ter paralelamente, “ser evangélico” tornou-se uma nova variável neste jogo de relações entre campo político e campo religioso. (2002:91).

O aumento da participação evangélica na política eleitoral acrescenta novas variáveis na decisão do voto e torna ainda mais complexo o jogo eleitoral.

Além do aumento da representatividade no espaço político, há também um aumento de poder econômico e político das Igrejas evangélicas. Durante a constituinte de 1986 a 1988, a bancada evangélica negociou votos em troca de concessões de utilização de meios de comunicação de massa (MARTINS, 1994), ampliando sua presença a setores variados da população e aumentando seu poder de mobilização junto à sociedade brasileira.

A organização de determinadas Igrejas de acordo com uma economia de mercado permite o crescimento do poder econômico e político dessas instituições, gerando novas formas de inserção na sociedade.

Não é objetivo deste trabalho apresentar qualquer apreciação valorativa referente ao processo em questão. O que se deve discutir é até que ponto o fenômeno aqui estudado é uma ampliação da democracia, uma realização de representatividade de determinado segmento da sociedade brasileira, uma consequência do processo de secularização, ou um retrocesso das instituições políticas acompanhado de uma suposta retração do Estado laico brasileiro.

De qualquer forma, faz-se necessário um melhor entendimento deste processo que modifica o jogo eleitoral e expõe particularidades do Estado democrático e do sistema representativo brasileiro, inserindo novos atores políticos e sugerindo uma reduzida força do nosso sistema partidário.

### Referências bibliográficas

BERMAN, Marshal, **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade**. S. Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOHN, Simone. *Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. In: **Opinião Pública**, Campinas. Volume X, nº 2, Outubro, 2004.

- BURITY, J. **Religião e cultura cívica: onde os caminhos se cruzam?** Trabalho apresentado nas *IX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/texts/jburity09.doc>>. 1999.
- CAMPOS, Leonildo. *Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus*. Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro:Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Rio de Janeiro/Florianópolis, FGV/EDUFSC, 2002.
- CORADINI, O. L. *Em nome de Quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro. Relume Dumará; UFRJ, Núcleo de Antropologia Política. **Coleção Antropologia da Política 11**, 2000.
- CONRADO, F. C. **Cidadãos do Reino de Deus – Representações, práticas e estratégias eleitorais**. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS, Rio de Janeiro, 2000.
- FONSECA, A. B. *O Poder eleitoral da mídia evangélica*. Trabalho apresentado no **XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia**, São Paulo, Setembro, 1977.
- FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. *Tese de Doutorado*, São Paulo, Unicamp, 1993.
- FRIDMAN, Luis Carlos. **Pós-modernidade: sociedade da imagem, e sociedade do conhecimento**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 1999, vol.6 (2), pp.353-375.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, *Coleção Antropologia da Política* – Núcleo de Antropologia Política, 2000.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. **Além da religião**. *Cadernos CERU*, Série 2- nº12, USP, São Paulo, pp.139-150, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Competição religiosa e seus efeitos no pentecostalismo brasileiro**. Trabalho apresentado no *XXIII Encontro Anual da ANPOCS, GT Religião e Sociedade*, Caxambu, 1998.
- \_\_\_\_\_ & FIGUEIREDO, Fabiana Melo. **Religião, gênero e política: As evangélicas nas disputas eleitorais do Rio de Janeiro**. *Revista Ciências Sociais e Religião*, volume 4 , Porto Alegre, 2002.

- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV, 2001.
- MARIANO, Ricardo. **Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais.** *Civitas: Revista de Ciências Sociais.* Vol. 3(1), Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.
- MARTINS, P. **Línguas de fogo sobre o Congresso: Os pentecostais na Constituinte.** *Dissertação de Mestrado,* Ciência Política e Relações Internacionais, UnB, Brasília: 1994.
- MIRANDA, Júlia. **O jeito cristão de fazer política.** In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil.* São Paulo: Annablume, 1998.
- NOVAES, R. R. *Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens* In: FRIDMAN, Luiz (org.). **Política e cultura: século XXI.** Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 63-97, 2002.
- ORO, Ari P. **Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS).** *Debates do NER,* ano 2(3). Porto Alegre, UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.** *Revista Brasileira de Ciências. Sociais,* Oct. 2003, vol.18(53), pp.53-69.
- PEDDE, Valdir. **A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política.** *Debates do NER,* ano 5(6). Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- PIERUCCI, A E PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política.** São Paulo, Hucitec, 1996.
- PIQUET, L. **Cultura cívica e participação política entre evangélicos.** In: Fernandes, R.C. (1998). *Novo nascimento.* Rio de Janeiro, ISER/Mauad, 1998.
- RIBEIRO, R. **Religião e política no Brasil contemporâneo.** In: FRIDMAN, Luiz (org.). *Política e cultura: século XXI.* Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, pp.: 99-110, 2002.
- SARTORI, Giovanni. **La Sociedad Multiétnica Pluralismo, multiculturalismo y extranjero.** Madrid: Taurus Pensamiento, 2<sup>a</sup> / mayo de 2001.
- SEMAN, P. **A Igreja Universal do Reino de Deus: um ator e suas costuras da sociedade brasileira contemporânea.** *Debates do NER,* ano 2(3). Porto Alegre, UFRGS, (2001).
- SMITH, Anthony D. **Nações e nacionalismo numa era global.** Caeiras/ Portugal: Celta Editora, 1999.

- TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y la política del reconhecimento.** México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- VIANNA, Luiz W. **O devoto dos votos.** *Entrevista concedida ao jornalista Marcos Sá Corrêa* e divulgada no site [http:// www.no.com.br](http://www.no.com.br), Setembro 18, 2001.
- VIGEVANI, T. *Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa.* In: VIOLA, E. J.; SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (org.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: UFSC, 1989.
- WALZER, Michael. **Da Tolerância.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WOOD, Ellen M.; **Modernidade, Pós-Modernidade ou Capitalismo? Capitalism and the Information Age,** New York: Monthly Review Press, 1998, e/ou *Monthly Review*, vol. 48, n. 3, 1996, July/August, pp. 21-39, (mimeo; tradução adaptada).